

3. Diversos

RELATÓRIOS

SLN — SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS, SGPS, S. A.

Relatório e contas individuais de 2005

Relatório do conselho de administração

Enquadramento económico

A economia internacional

De acordo com as últimas estimativas do FMI, o crescimento económico mundial em 2005 foi de 4,3%, desacelerando de 5,1% em 2004.

Crescimento económico

	2004	2005	Previsões — 2006
Economia mundial	5,1	4,3	4,3
EUA	4,2	3,5	3,3
Zona euro	2,0	1,2	1,8
Japão	2,7	2,0	2,0
Outras economias desenvolvidas	4,4	3,2	3,9
Economias emergentes	7,3	6,4	6,1

Fonte. — FMI.

A economia do Japão constituiu uma das maiores surpresas de 2005, apresentando um crescimento real de 2,0%, enquanto que os Estados Unidos cresceram entre 3,5% e a zona euro cerca de 1,2%.

O ano caracterizou-se pela continuação da tendência de recuperação da economia global, que tem vindo a ser observada desde 2002. Apesar do abrandamento verificado em 2005, os países mais desenvolvidos revelaram um impacto do elevado preço do petróleo inferior ao esperado, conseguindo manter níveis de crescimento muito aceitáveis.

Em linha com o sucedido em 2004, o crescimento económico mundial continuou a ser liderado pelos EUA cujo PIB aumentou 3,5%. A economia global continua a beneficiar do bom desempenho de toda

a região asiática destacando-se a China, a Índia e um Japão cada vez mais forte e que parece emergir do período de deflação onde se encontra.

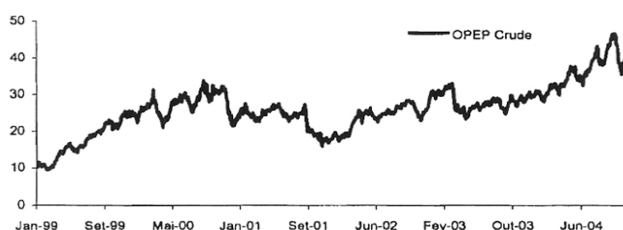
O PIB da zona euro deverá ter crescido 1,2% em 2005, o que constituiu uma diminuição do crescimento verificado em 2004. Apesar desta desaceleração, a zona euro apresentou boas perspectivas no 2.º semestre de 2005, reforçando as expectativas de um crescimento perto de 2% para 2006. É de realçar também o bom desempenho das principais economias da América Latina que beneficiaram dos preços altos das matérias-primas e do forte crescimento mundial. Segundo o FMI, o volume do comércio mundial cresceu 7% em 2005, depois de 10,3% em 2004.

Zona euro

	2002	2003	2004	2005	Previsões	
					2006	2007
PIB	1,2	1,2	2,4	1,5	2,1	2,4
Consumo	1,5	1,3	1,3	1,2	1,3	1,6
Formação bruta de capital fixo	-1,2	0,8	3,0	2,3	3,5	3,6
Taxa de desemprego	8,3	8,7	9,0	8,7	8,5	8,1
Inflação	2,3	2,1	2,1	2,3	2,2	1,8
Défice público (percentagem do GDP)	-2,4	-3,0	-2,6	-	-2,7	-2,7
Dívida pública (percentagem do GDP)	51,4	63,0	63,4	64,3	64,2	64,3
Saldo BTC (percentagem do GDP)	0,3	0,1	-	-0,3	-0,4	-0,3

Fonte. — Comissão Europeia.

O ano de 2005 ficou marcado pelo aumento dos preços do petróleo, chegando a cotação do cabaz de petróleo dos países da OPEP a atingir os 60 dólares. Este aumento de preços resulta da crescente dificuldade de encontrar novas reservas petrolíferas, da necessidade de investimento nas áreas de extração e refinação e do aumento da procura, em face do forte crescimento que economias como a China e a Índia continuam a apresentar. A estes factores estruturais juntou-se a perturbação da produção no Golfo do México, depois dos furacões Katrina e Rita.



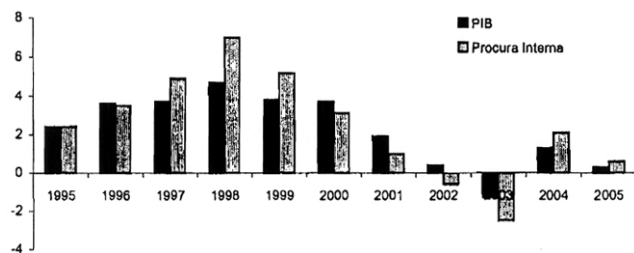
A economia portuguesa

O PIB português em 2005 deverá ter crescido 0,3%, abrاندando o ritmo de 2004 que foi de 1,3%. Tal desempenho deveu-se em grande parte à acentuada desaceleração do crescimento da procura interna de 2,1% em 2004, para 0,6% em 2005.

Portugal	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Consumo privado	2,3	1,8	1,2	2,1
Consumo público	2,6	1,1	0,7	0,4
Formação bruta de capital fixo ...	0,2	-3,1	-1,1	-0,8
Procura interna	2,1	0,6	0,6	0,6
Exportações	5,4	1,8	4,0	5,2
Procura global	2,8	0,8	1,3	1,6
Importações	6,8	2,4	2,8	3,2
PIB	1,3	0,3	0,8	1,0
Balança corrente + balanço de capital (percentagem do PIB)	-5,9	-8,2	-8,5	-8,8
Inflação	2,5	2,1	2,5	2,3

Fonte. — Banco de Portugal.

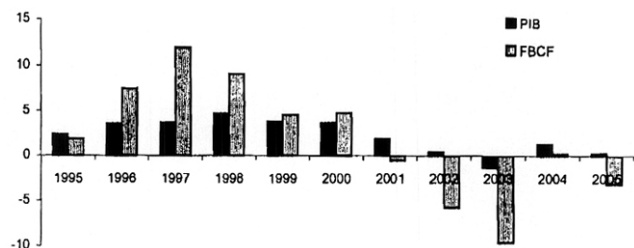
Apesar de ter moderado de 2,3% para 1,8% em 2005, o crescimento do consumo privado continuou, a ser a componente mais dinâmica da procura interna, seguida do consumo público, o qual teve um aumento real de 1,1% (2,6% em 2004).



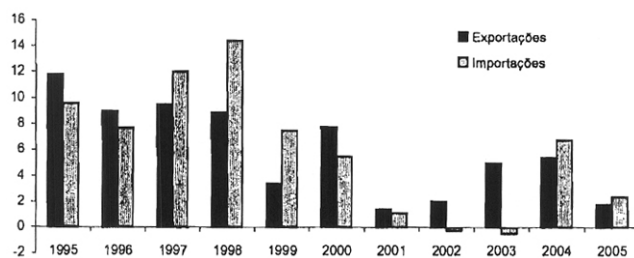
As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2005) apontam para uma recuperação modesta do ritmo de crescimento da actividade económica, com subidas do PIB na ordem dos 0,8% em 2006 e 1% em 2007.

A economia não deverá conseguir um arranque forte nos próximos dois anos, dadas as limitações existentes ao crescimento da procura interna ao nível do consumo privado (endividamento elevado dos particulares e aumento da taxa de desemprego), do consumo público (necessidade de consolidação orçamental) e do investimento (fraco crescimento económico acumulado desde 2001).

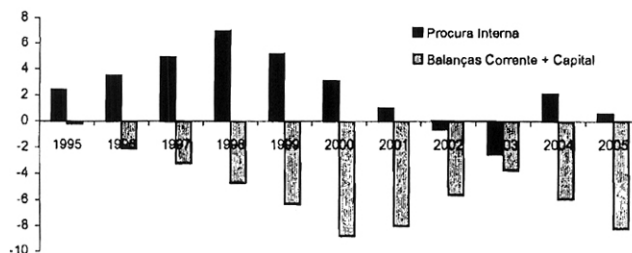
Após o modesto crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2004 (0,2%), o qual interrompeu uma sequência de quedas que começou em 2001, o investimento voltou a ter uma variação negativa de 3,1% em 2005. De todas as componentes deste indicador económico, só o investimento das famílias em habitação não terá apresentado uma evolução negativa em 2005, ao estabilizar ao nível do ano anterior.



No ano de 2005, as exportações registaram um crescimento inferior (1,8%) ao verificado em 2004 (5,4%). Por outro lado verificou-se em 2005 uma expansão de apenas 2,5% das importações, o que contrasta com um crescimento de 6,8% em 2004. A evolução modesta das exportações portuguesas está associada a uma perda de quotas de mercado de 3,6% em 2005, a qual se segue à perda anterior de 2% em 2004.



Estima-se que ao longo do ano de 2005, as necessidades de recurso ao financiamento externo pela economia portuguesa (que se reflectem o défice agregado das balanças correntes e de capital), aumentaram de 5,9% do PIB em 2004, para cerca de 8,2% do PIB em 2005.



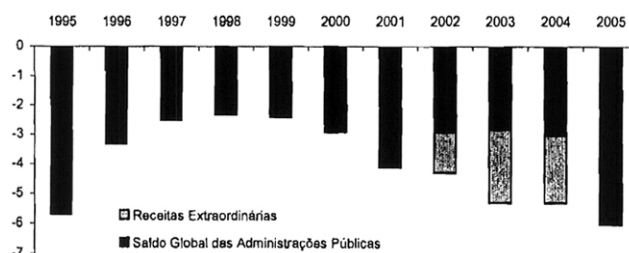
O aumento das necessidades de financiamento externo da portuguesa em 2005 resultou, por um lado, de um crescimento das exportações (em termos reais), inferior ao crescimento verificado nas importações e, por outro lado, do aumento que a factura energética teve ao longo do ano. De facto, o saldo negativo da balança de bens energéticos atingiu os 5% do PIB, quando em 2003, não ia além dos 3%.

Depois de uma redução significativa entre 2000 e 2003, acompanhando a queda da procura interna, o défice externo da economia portuguesa voltou a agravar-se para um valor muito expressivo em 2005. Tal facto sublinha a necessidade de aumentar a poupança interna portuguesa, como forma de financiar sustentavelmente o crescimento da nossa economia no longo prazo.

Finanças públicas

O défice do orçamento de Estado de 2005, cifrou-se em 6% do PIB, regressando ao nível de 1994 e ultrapassando o valor de referência de 3% que decorre das condições de participação dos países da zona euro na moeda única. Este facto desencadeou em Setembro um procedimento por défice excessivo por parte da Comissão Europeia.

No entanto, se aos valores dos défices reportados em 2003 e 2004 fossem adicionados os montantes das receitas extraordinárias obtidas, os défices nesses anos já teriam sido superiores a 5% do PIB. A desaceleração da economia e o aumento do desemprego em 2005, levou a um agravamento suplementar do défice público.



Depois da consolidação das finanças públicas empreendida na fase de preparação da economia portuguesa para a integração na moeda única e conseguida numa fase de grande crescimento económico (e, sobretudo, da procura interna), a desaceleração da economia, a partir de 2001, veio evidenciar a rigidez dos compromissos não discricionários subjacentes à despesa orçamental portuguesa, provocando um novo período de aumento do défice orçamental.

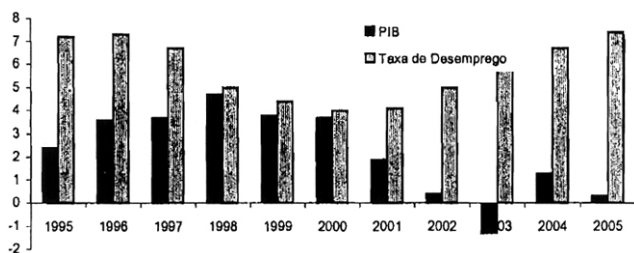
Em 2005, assistiu-se a uma inflexão do modelo de consolidação orçamental. Este deixa de repousar na obtenção anual de receitas extraordinárias, as quais se estavam a revelar mais difíceis de encontrar e de aprovar em Bruxelas. Assim, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2005/09 passa a ter subjacente uma estratégia de consolidação orçamental, destinada a reduzir o valor do défice estrutural das contas públicas, sem receitas extraordinárias significativas. A consolidação orçamental será, no curto prazo, mais assente na obten

ção de receita fiscal adicional, esperando-se que com as medidas que têm vindo a ser tomadas reduzir o crescimento da despesa pública, produzam os desejáveis efeitos.

Inflação e emprego

A inflação média em Portugal foi de 2,3% em 2005, o que representa um crescimento do nível médio do índice de preços inferior ao de 2004, onde a inflação foi 2,4%. No índice de preços harmonizado (IHPC), a descida foi ainda maior, de 2,5% para 2,1%.

Em 2006, o valor da inflação média (harmonizada) deverá voltar a subir, ainda que modestamente para 2,5%, em consequência da subida verificada, em Julho de 2005, na taxa do IVA de 19% para 21% e do aumento significativo do preço dos produtos petrolíferos ocorrido, agravado pela valorização do dólar face ao euro. O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a aproximar-se de 3% e ocorra na primeira metade de 2006.



Após um ano de 2004, em que se verificou um aumento de apenas 0,1% no volume de emprego da economia portuguesa, no ano de 2005 deverá ter-se registado uma descida marginal do volume do emprego. O aumento da taxa de desemprego para 7,4% em 2005 resultou desta redução e, em maior medida, do aumento da população activa.

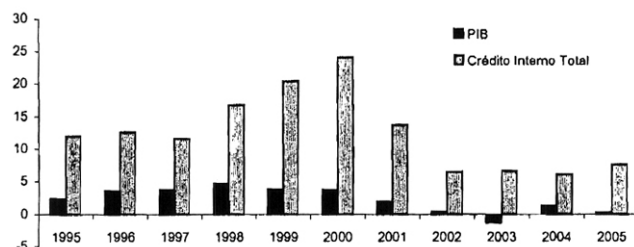
Depois de um mínimo em torno dos 4% da população activa em 2000, a taxa de desemprego encetou uma trajectória ascendente que a recolocou em 2005 ao nível da taxa do ano de 1996. De acordo com a experiência macroeconómica do passado recente, será necessário que a economia volte a crescer a um ritmo superior a 2% ao ano, para que o desemprego em Portugal possa voltar a diminuir de forma significativa.

Evolução monetária e do sector bancário

De acordo com os dados disponíveis, o crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 7,8% até Novembro de 2005.

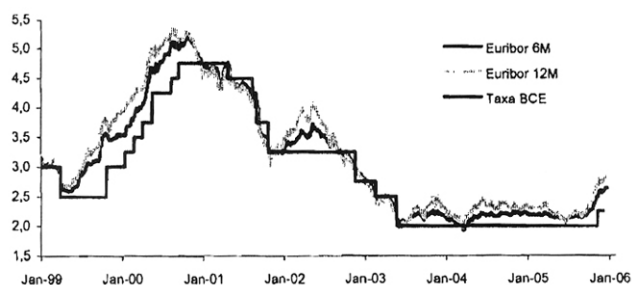
Dentro deste agregado há a registar a evolução moderada da taxa de crescimento anual do crédito às empresas não monetárias que aumentou de 4,5% para 5,2%, relativamente ao período homólogo. Já a variação anual do crédito a particulares manteve-se estável em 9,9%, sendo o crescimento anual no crédito ao consumo e para outros fins de 4,1% e o aumento do crédito para a aquisição de habitação de 11,3%.

É assim certo que o endividamento dos particulares (em percentagem do seu rendimento disponível), continuou a aumentar em 2005, embora não existam ainda dados finais sobre este indicador. Por seu lado, o endividamento das empresas privadas não monetárias deverá ter-se mantido estável em relação ao PIB.



Taxas de juro

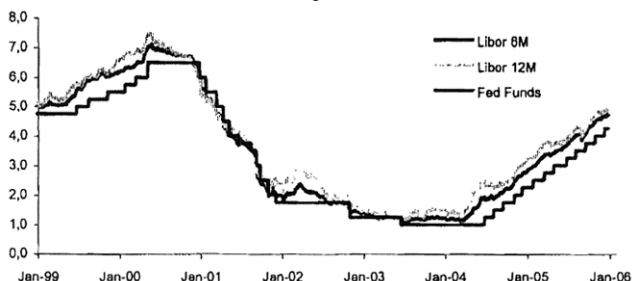
Na zona euro assistiu-se à manutenção do período de taxas de juro baixas que começou em meados de 2003. No entanto, caso se confirme a evolução favorável da economia da zona euro, verificada no 4.º trimestre de 2005, prevê-se que o Banco Central europeu continue, em 2006, com a política de subida lenta das taxas de juro, iniciada em 1 de Dezembro, com o aumento de 0,25% na sua taxa directora.



O ano de 2005 ficou marcado pela evolução positiva do dólar norte-americano, apesar do desequilíbrio externo dos EUA se ter mantido acima dos 6% do PIB. A subida dos preços do petróleo provocou uma necessidade de investimento dos *superávits* das contas externas, obtidos por parte dos países exportadores, provocando uma fonte de sustentação para o dólar.



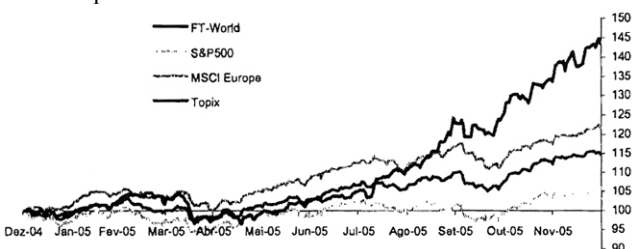
Ao longo de 2005, assistiu-se a uma subida progressiva das taxas de juro de referência por parte da reserva federal (4,25% no final de 2005), elevando para 3,25% a subida total desde o mínimo de 1% verificado em 2003/04. Estas subidas das taxas de juro ajudou a transformar o dólar norte-americano numa divisa com taxas de juro elevadas, o que favoreceu a atracção de capital de curto prazo. Adicionalmente, a economia dos EUA, continuou a beneficiar de taxas de juro de longo prazo abaixo do que seria expectável, o que tem tido um efeito muito favorável no respectivo sector imobiliário.



Mercados financeiros

O ano de 2005 foi claramente positivo para os mercados accionistas mundiais, ainda que com uma maior dispersão de rendibilidades do que no ano anterior. O índice MSCI World com cobertura para euro, subiu 12,9% em 2005, apesar do aumento dos preços das matérias-primas, com destaque para o petróleo, que se verificou ao longo do ano.

O Japão distinguiu-se pela positiva, entre as principais bolsas mundiais, enquanto que na bolsa dos EUA se fizeram sentir os efeitos das sucessivas subidas de taxas pelo FED, tendo esta encerrado com uma valorização modesta. O ano de 2005 é já o terceiro ano de um ciclo favorável para as bolsas de valores mundiais.



O Conselho de Administração: José de Oliveira Costa, presidente — Luís Carlos Oliveira Caprichoso, vogal — Francisco Gonçalves Sanches, vogal.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais		—	—	—	—
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	9	7 576	—	7 576	1 900
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	9	60 000	—	60 000	78 000
4 — Créditos sobre clientes		—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		—	—	—	—
a) De emissores públicos		—	—	—	—
b) De outros emissores		—	—	—	—
(Dos quais: obrigações próprias)		—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável		—	—	—	—
7 — Participações	6	364 422	—	364 422	374 480
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6	10 079	—	10 079	5
9 — Imobilizações incorpóreas	11, 16	466	365	101	114
10 — Imobilizações corpóreas	11, 16	486	248	238	298
(Dos quais: imóveis)		—	—	—	—
11 — Capital subscrito não realizado		—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprios		—	—	—	331
13 — Outros activos	31	288 738	—	288 738	231 309
15 — Contas de regularização	27	332	—	332	11
16 — Prejuízo do exercício		—	—	—	—
<i>Total do activo</i>		732 099	613	731 486	686 448

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	Notas	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito		—	—
a) À vista		—	—
b) A prazo ou com pré-aviso		—	—
2 — Débitos para com clientes		—	—
a) Depósitos de poupança		—	—
b) Outros débitos		—	—
ba) À vista		—	—
bb) A prazo		—	—
3 — Débitos representados por títulos		—	—
a) Obrigações em circulação		—	—
b) Outros		—	—
4 — Outros passivos	31	5 118	988
5 — Contas de regularização	27	821	662
6 — Provisão para riscos e encargos		—	—
a) Provisões para pensões e encargos similares		—	—
b) Outras provisões		—	—
6-A — Fundo para riscos bancários gerais		—	—
8 — Passivos subordinados	22	50 000	50 000
9 — Capital subscrito	29	470 925	448 500
10 — Prémios de emissão	29	151 104	151 104
11 — Reservas	29	12 769	21 549
12 — Reservas de reavaliação		—	—
13 — Resultados transitados		—	(819)
14 — Lucro do exercício		40 749	14 464
<i>Total do passivo</i>		731 486	686 448

Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Passivos eventuais		—	—
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		—	—
2 — Compromissos		—	—
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		—	—

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração dos resultados individual em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
1 — Juros e custos equiparados	47	2 242	1 716
2 — Comissões		—	163
3 — Prejuízos em operações financeiras		—	—
4 — Gastos gerais administrativos		—	—
a) Custos com pessoal		1 234	1 391
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(1 133)	(1 285)
(— encargos sociais)		(101)	(105)
Dos quais:			
(— com pensões)		—	—
b) Outros gastos administrativos		2 391	1 834
5 — Amortizações do exercício	11	79	104
6 — Outros custos de exploração		—	—
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos		—	—
8 — Provisões para imobilizações financeiras		—	—
11 — Perdas extraordinárias	39	3	15
13 — Impostos sobre os lucros	41	3	8
14 — Outros impostos		142	98
15 — Lucro do exercício		40 749	14 464
<i>Total</i>		46 843	19 793

PROVEITOS

	Notas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	47	2 439	3 331
Dos quais:			
(De títulos de rendimento fixo)		—	—
2 — Rendimento de títulos		—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		—	—
b) Rendimento de participações	47	44 218	14 719
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		—	—
3 — Comissões		—	—
4 — Lucros em operações financeiras		—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos		—	—
6 — Reposição e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas		—	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
7 — Outros proveitos de exploração	39	36	1 743
9 — Ganhos extraordinários	39	150	—
11 — Prejuízo do exercício		—	—
<i>Total</i>		46 843	19 793

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Anexo às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2005

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração não figura neste anexo não são aplicáveis.

3 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

Geral. — As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção contabilística do custo histórico, em conformidade com o Plano de Contas para o Sector Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

As demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto é convicção do conselho de adminis-

tração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Especialização de exercícios. — A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

Imobilizações financeiras. — As imobilizações financeiras são valorizadas pelo método do custo de aquisição, sendo constituídas provisões no caso de se perspectivarem perdas potenciais.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas de constituição da sociedade e a despesas relacionadas com os aumentos de capital.

Estas imobilizações são amortizadas no período de três anos pelo método das quotas constantes, de acordo com o critério fiscal aplicável.

Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são registadas pelo custo de aquisição e líquidas das amortizações respectivas.

As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o critério fiscal aplicável.

6 — Participações financeiras superiores ou iguais a 20%:

As participações financeiras superiores ou iguais a 20%, e que estão incluídas nas rubricas 7 e 8 do activo, resumem-se como se segue:

(Em milhares de euros)

Empresa/sede	Porcentagem da participação	Último exercício	Capitais próprios	Resultados	Valor da participação	Parte proporcional	Diferença
Partinvest, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	4 331	2 226	5 237	4 331	(906)
BPN, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	310 441	25 837	283 253	310 441	27 188
Grupo Português de Saúde, SGPS, S. A. — Av. da Liberdade, 245, 8.º — Lisboa	100	2005	13 425	(1 342)	14 999	13 425	(1 574)
ABZ, L.ª — Trav. do Benjamin Araújo, 24 — S. João da Madeira	50	—	—	—	3	—	—
Turivisa, L.ª — Av. Almirante Reis, 215 B — Lisboa	69	—	—	—	376	—	—
SLN — Investimentos, SGPS, S. A. — Rua D. João V, 30 — Lisboa	100	2005	7 735	798	5 000	7 735	2 735
Plêiade, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	22 446	703	41 086	22 446	(18 640)
Dumpfe Holding, B.V. — Amesterdão, Holanda	100	—	—	—	27	—	—
SLN Car, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	1 693	196	4 490	1 693	(2 797)
SLN Novas Tecnologias, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	7 128	803	5 000	7 128	2 128
Partinvest Imobiliária, SGPS, S. A. — Av. António Augusto de Aguiar, 132 — Lisboa	100	2005	(514)	(1 195)	2 500	(514)	(3 014)
SLN Internacional, SGPS, S. A. — Rua João de Deus, 12-C — Funchal	100	2005	838	(6)	2 450	838	(1 612)
Marinapart, SGPS, S. A. — Rua de São Nicolau, 105, 3.º — Lisboa	30	2005	—	—	10 000	—	(10 000)
Siresp, S. A. — Av. República, 53 — Lisboa	33	—	—	—	17	—	—

(Em milhares de euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos			Amorti- zações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amorti- zações acumuladas	Aqui- sições	Reava- liações (líquido)	Transfe- rências				
Estabelecimento	339	339	—	—	—	—	—	—	—
Licenças	126	13	—	—	—	12	—	—	101
Imobilizações corpóreas	479	181	8	—	—	67	—	—	238
Equipamento	172	51	8	—	—	29	—	—	100
Outras imobilizações corpóreas	307	130	—	—	—	38	—	—	139
Totais	944	533	8	—	—	79	—	—	339

16 — Despesas de estabelecimento:

As despesas de estabelecimento referem-se às despesas de constituição da sociedade e respectivos registos dos actos relativos à expansão e aumentos de capital ocorridos.

22 — Passivos subordinados:

A rubrica de passivos subordinados é composta por um empréstimo obrigacionista no montante de 50 000 milhares de euros.

O pagamento de juros é efectuado semestralmente e a taxa de juro aplicável é de 4,5% até ao cupão de 25 de Outubro de 2009, sendo a partir daí obtida através da taxa Euribor a seis meses, em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%, e o vencimento do empréstimo ocorre em 2014. O emitente poderá efectuar o reembolso antecipado da emissão, total ou parcial, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

23 — Compromissos assumidos:

Os compromissos assumidos com alugueres de longa duração, e respectivo vencimento, têm a seguinte discriminação (milhares de euros):

Exercício de 2006	31
Exercício de 2005	2
	33

27 — Contas de regularização:

O desdobramento dos saldos em 31 de Dezembro das contas de acréscimos e diferimentos dos proveitos e custos é o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Proveitos a receber	315	—
Despesas com custo diferido	17	11
	332	11
Custos a pagar	821	662

A rubrica de proveitos a receber é composta por juros a receber relativos aos depósitos a prazo incluídos na rubrica de 3 do activo, no valor de 315 milhares de euros, e por outros acréscimos de proveitos (500 milhares de euros).

A rubrica de custos a pagar é composta na sua maioria por juros a liquidar referentes ao empréstimo obrigacionista (367 milhares de euros), bem como pelas remunerações de férias e subsídio de férias a pagar aos órgãos sociais e colaboradores (165 milhares de euros).

29 — Capital próprio:

O movimento ocorrido nas contas de capitais próprios, foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ transfe- rências	Saldo final
Capital	448 500	—	22 425	470 925
Prémios de emissão	151 104	—	—	151 104
Reservas legais	2 460	—	723	3 183
Reservas livres	19 089	—	(9 503)	9 586
Resultados transitados	(819)	—	819	—
Resultado líquido do exercício	14 464	40 749	(14 464)	40 749
	634 798	40 749	—	675 547

Em 26 de Julho de 2005 ocorreu um aumento de capital, conforme deliberação da assembleia geral de 13 de Maio de 2005, por incorporação de reservas, no montante de 22 425 milhares de euros, mediante a emissão de 22 425 000 de novas acções ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2005, o capital social está representado por 470 925 000 acções de 1 euro cada e encontra-se totalmente realizado.

Conforme acta da assembleia geral de 13 de Maio de 2005, o resultado do exercício de 2004 teve a seguinte aplicação (em milhares de euros):

Reserva legal	723
Resultados transitados	819
Reserva livre	12 922

31 — Outros activos e passivos:

Os principais elementos patrimoniais que integram, a 31 de Dezembro, a rubrica de 13 do activo e a rubrica de 4 do passivo, são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Devedores diversos	52 501	28 644
IRC a recuperar	369	196
Outras imobilizações financeiras	499	810
Suprimentos	235 369	201 659
	288 738	231 309

Credores:

Fornecedores	1	1
Credores diversos	5 069	617

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Outras exigibilidades:		
Sector público administrativo:		
IRC a pagar	—	8
Outros impostos a entregar ao Estado	22	29
Outras	26	333
	5 118	988

A rubrica de suprimentos concedidos está decomposta na nota n.º 10 deste anexo.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

O efectivo médio anual de trabalhadores, ao serviço da empresa durante o exercício de 2005, são sete distribuídos pelos seguintes grupos:

Órgãos de administração	2
Técnicos	2
Administrativos	1
	5

35 — Remunerações dos órgãos de administração, direcção e de fiscalização:

As remunerações dos órgãos supracitados pagas pela instituição durante o exercício de 2005, e registadas na rubrica de custos com o pessoal e trabalhos especializados foram os seguintes:

(Em milhares de euros)	
	2005
Remunerações atribuídas aos órgãos de administração	987
Fiscal único	64

Não foram assumidos ou contratados quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros daqueles órgãos.

Não existem adiantamentos e créditos, bem como compromissos tomados por conta dessas pessoas a título de garantias de qualquer espécie.

38 — Distribuição dos proveitos por linhas de negócio e por mercados geográficos:

Todos os proveitos da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., foram obtidos no mercado Português e resultaram da sua actividade de gestão de participações sociais noutras sociedades.

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

Os principais elementos patrimoniais que integram, a 31 de Dezembro, as rubricas 7 e 9 de proveitos e 11 de custos são os seguintes:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	36	1 743
Ganhos extraordinários:		
Alienação de investimentos financeiros	44	—
Benefícios de penalidades contratuais	106	—
	150	—
Perdas extraordinárias:		
Outros	3	15

40 — Encargos no exercício relativos a passivos subordinados:

(Em milhares de euros)	
	2005
Encargos imputados com passivos subordinados	2 242
Encargos pagos com passivos subordinados	2 281

41 — Imposto sobre o rendimento:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da administração da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos:

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos, dado que não existem situações que levem à sua contabilização. A carga fiscal tem o seguinte desdobramento:

(Em milhares de euros)		
Descrição	2005	2004
IRC — estimado	(3)	(8)
Pagamentos especiais por conta	27	22
Retenções na fonte	345	174

43 — Consolidação das contas noutra empresa:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., vai preparar e apresentar contas consolidadas.

47 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Proveitos:		
Juros de imobilizações financeiras — contratos de suprimento	425	2 368
Juros de outras instituições monetárias (depósitos a prazo)	2 014	841
Rendimentos de participações	44 218	14 719
Proveitos pela prestação de serviços diversos	—	1 736
	46 657	19 664
Custos:		
Comissões por operações realizadas por terceiros	—	163
Rendas e alugueres	156	57
Seguros	21	35
Deslocações, estadas e representação	16	25
Serviços especializados	238	1 155
	431	1 435

49 — Pensões de reforma:

A empresa não assumiu qualquer compromisso com o pagamento de complementos de reforma aos seus trabalhadores.

51 — Outras informações de natureza significativa:

Em rendimento de títulos estão registados dividendos no montante global de 25 000 000 euros, relativos ao exercício de 2005, por via da distribuição de resultados, conforme actas de aprovação de contas das respectivas empresas participadas. Estes dividendos serão liquidados no exercício de 2006.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Proposta de aplicação de resultados

SLN — contas individuais:

Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado positivo do exercício, no montante de 40 749 372,76 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal	2 037 468,64
Para resultados transitados	38 711 904,12

O resultado consolidado foi de 44 952 milhares de euros.

Lisboa, 20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 731 486 milhares de euros e um total de capital próprio de 675 547 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40 749 milhares de euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

8 — É também nosso parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, compreendendo o balanço e a demonstração dos resultados e o correspondente anexo com as respectivas notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam do anexo ao balanço e à demonstração de resultados.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (adiante também designada por SLN), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um activo líquido de 731 486 milhares de euros e um total de capital próprio de 675 547 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40 749 milhares de euros), a demonstração dos resultados e o correspondente anexo, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SLN e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação

da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 incluem participações de capital e suprimentos no valor global de, respectivamente, 81 248 milhares de euros e 185 608 milhares de euros, que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais de contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal para o sistema bancário, regulados pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 22 de Abril de 2006. — O Auditor, *BDO & Associados*.
3000210462

FINANSER — SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S. A.

Sede social: Largo do Chiado, 12, 2.º, 1200-108 Lisboa.
Capital social: 3 500 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502530588.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 4781.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e dos estatutos o conselho de administração vem apresentar à consideração dos accionistas o seu relatório referente à actividade da sociedade e as contas do exercício económico de 2005. Estes documentos foram objecto de parecer do fiscal único, revisor oficial de contas, e sua certificação legal, bem como de auditoria efectuada pela PricewaterhouseCoopers.

Conjuntura económica e mercado de capitais

Conjuntura económica

No relatório de gestão do ano de 2004 dissemos que o ano de 2005 era pleno de desafios para o nosso País, os quais passavam por criar

condições à retoma da sua economia, o que implicava maior investimento produtivo vocacionado para a exportação, a consolidação das finanças públicas, o controlo da despesa corrente e dos défices da saúde e da segurança social, sem prejuízo da minimização de certos custos de contexto, nomeadamente o quadro legal regulamentador das relações de trabalho e o do sistema judicial, e a criação dum clima de confiança nos agentes económicos. Não obstante toda uma preocupação em introduzir na agenda política as reformas estruturais e dinamizar a economia por via do anúncio do Plano Tecnológico Nacional e de grandes projectos de investimento, o resultado da acção política ficou aquém das exigências do momento e a retoma até agora ainda não ocorreu.

Daí que o crescimento do PIB tenha sido de 0,3 % em 2005, e as previsões para 2006 e 2007 sejam 0,8 % e 1,0% respectivamente.

Está-se perante um crescimento tendencial, que nos afastará ainda mais do espaço comunitário de que somos parte e onde, por exemplo para o ano de 2006 a taxa prevista de crescimento do PIB é de 2%, e que está associado a um conjunto de desequilíbrios que se têm vindo a acumular na nossa economia e que estão a condicionar a evolução da procura interna e o crescimento das exportações, como é sobejamente reconhecido. Do efeito desses desequilíbrios é de relevar a natureza do crescimento da taxa de desemprego, de natureza estrutural e portanto sem possibilidade de recuperação no curto prazo, prevê-se que possa atingir em breve os 10% a serem concretizadas as reformas que ainda estão em fase inicial, os custos unitários do trabalho versus produtividade, o estágio da inovação não obstante os compromissos associados à agenda de Lisboa 2000, e a influência que tem os custos da energia na competitividade do tecido produtivo, dada a sua dependência do preço do petróleo.

Como bem se compreende um quadro macroeconómico como o que se dá nota não é propício à criação de um clima favorável ao desenvolvimento da actividade duma sociedade de corretagem, como é a Finanser, e muito mais quando não se integra num grupo financeiro onde é possível fazer o *cross-selling* sobre uma grande massa de clientes.

A questão enunciada é relevante e a via que os accionistas escolham, no contexto da resolução da insuficiência legal nos fundos próprios, condicionará a vida da sociedade no futuro próximo, a qual precisa duma estratégia baseada na construção de parcerias e numa oferta costumizada de multi-serviço, pois só assim poderá servir e fidelizar uma base de clientes bem dimensionada e que permita um crescimento sustentado, além do capital adequado para garantir no médio prazo este desenvolvimento.

Mercado de capitais

Em 2005, o mercado português de intermediação financeira conheceu um crescimento significativo e bastante saudável.

Ao nível dos negócios efectuados em mercados regulamentados, o crescimento foi de 8,2%, sendo que nos mercados não regulamentados, o crescimento foi muito mais assinalável, ou seja, de 924,9%. No total, o volume de negócios cresceu 7,6%.

Transacções no mercado secundário a contado (valores acumulados)

(Em milhões de euros)

	2005	2004	Variação anual (porcen- tagem)
Mercados regulamentados	179 437,0	165 899,1	8,2
Mercados de Bolsa	32 746,5	30 139,1	8,7
Sessões normais	32 327,1	29 731,2	8,7
Obrigações	530,7	653,8	— 18,8
Acções	31 410,5	27 745,1	13,2
Títulos de participação	16,4	6,5	152,7
Unidades de participação	3,0	8,9	— 66,5
Direitos	—	63,9	— 100,0
Warrants	180,2	1 120,0	— 83,9
Certificados	27,4	50,1	— 45,4
Convertíveis	158,9	82,9	91,7
Sessões especiais	419,4	407,9	2,8